

Cartografando a Juventude na Universidade: A Saúde Mental, as Ações Coletivas e o Comum

Mapping Youth in the University: Mental Health, Collective Actions, and the Common

Cartografiando la Juventud en la Universidad: La Salud Mental, las Acciones Colectivas y lo Común

Cartographier la Jeunesse à l'Université : La Santé Mentale, les Actions Collectives et le Commun

 10.5020/23590777.rs.v25i3.e14958

Isabela Cristina Lemos  

Graduada em Psicologia pela UNISC. Mestranda em Psicologia na UNISC.

Letícia Lorenzoni Lasta  

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA-2004), com pós-graduação em Saúde da Família pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão/Faculdade Internacional de Curitiba (IBPEX/FACINTER-2005), Mestra em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC-2009), Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS-2015). Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde (GEPS/UNISC). Atualmente, é Professora Adjunta do Departamento das Ciências da Saúde e do Mestrado em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Resumo

No campo universitário atravessado pela lógica neoliberal, a juventude vivencia uma realidade constituída por relações marcadas pela concorrência e pela competitividade, pelo produtivismo acadêmico, pela fragilização dos vínculos e pelo ideal de ser empresário de si mesmo. Nesse cenário, pesquisas e dados referentes ao adoecimento psíquico de jovens universitários têm crescido nos últimos anos. Este estudo apresenta um relato de pesquisa-intervenção, com percurso metodológico cartográfico, no qual, por meio de encontros com as juventudes na universidade, foram produzidas pistas/cenas que possibilitaram tecer reflexões, entrelaçando juventude, modos de subjetivação e neoliberalismo, de modo a pensar o comum como princípio político. As pistas, tomadas como cenas, discutem ampliações da noção de saúde mental, sustentando a importância da convivência no período de formação, uma vez que a experiência universitária pode potencializar novos encontros, cujos afetos produzem outros contornos para essa vivência. Propõe-se, assim, pensar a saúde mental para além da educação em saúde mental ou dos serviços clínico-terapêuticos individuais, a partir das pistas/cenas construídas com as juventudes, de forma a apostar em uma discussão capaz de mobilizar o conceito do comum. Desse modo, sustenta-se a importância de ações coletivas no espaço universitário, que podem produzir torções em noções arraigadas de responsabilização e de culpabilização individual em relação ao sucesso ou ao fracasso, bem como em relação a uma suposta saúde mental a ser constantemente otimizada. Nessa aposta, torna-se possível pensar o comum como princípio político, desprivatizando o sofrimento e recoletivizando-o.

Palavras-chave: juventude, saúde mental, ações coletivas.

Abstract

In the university field shaped by neoliberal logic, youth experience a reality marked by relationships of competition and competitiveness, academic productivism, the weakening of bonds, and the ideal of becoming an entrepreneur of oneself. In this context, research and data related to the psychological distress of university students have increased in recent years. This article presents a research-intervention report grounded in a cartographic methodological approach, in which encounters with youth in the university produced clues/scenes that enabled reflections intertwining youth, modes of subjectivation, and neoliberalism, with the aim of thinking about the common

as a political principle. The clues, taken as scenes, discuss expansions of the notion of mental health, emphasizing the importance of coexistence during the formative period, as the university experience can foster new encounters whose affects generate other contours for this experience. Thus, mental health is considered beyond mental health education or individual clinical-therapeutic services, based on clues/scenes constructed with youth, supporting a discussion capable of mobilizing the concept of the common. In this sense, the importance of collective actions in the university space is highlighted, as they may produce shifts in deeply rooted notions of individual accountability and blame regarding success or failure, as well as in the idea of a mental health that must be constantly optimized. From this perspective, it becomes possible to think of the common as a political principle, deprivatizing and re-collectivizing suffering.

Keywords: youth, mental health, collective actions.

Resumén

En el ámbito universitario atravesado por la lógica neoliberal, la juventud experimenta una realidad constituida por relaciones marcadas por la competencia y la competitividad, por el productivismo académico, por la fragilización de los vínculos y por el ideal de ser empresario de sí mismo. En este escenario, las investigaciones y los datos referentes al padecimiento psíquico de jóvenes universitarios han aumentado en los últimos años. Este estudio presenta un relato de investigación-intervención, con un recorrido metodológico cartográfico, en el que, por medio de encuentros con las juventudes en la universidad, se produjeron pistas/escenas que posibilitaron tejer reflexiones, entrelazando juventud, modos de subjetivación y neoliberalismo, con el propósito de pensar lo común como principio político. Las pistas, tomadas como escenas, discuten ampliaciones de la noción de salud mental, sosteniendo la importancia de la convivencia durante el período de formación, dado que la experiencia universitaria puede potenciar nuevos encuentros, cuyos afectos producen otros contornos para esta vivencia. Se propone, así, pensar la salud mental más allá de la educación en salud mental o de los servicios clínico-terapéuticos individuales, a partir de las pistas/escenas construidas con las juventudes, apostando por una discusión capaz de movilizar el concepto de lo común. De este modo, se sostiene la importancia de las acciones colectivas en el espacio universitario, las cuales pueden producir torsiones en nociones arraigadas de responsabilización y culpabilización individual en relación con el éxito o el fracaso, así como respecto de una supuesta salud mental que debe ser constantemente optimizada. En esta apuesta, se torna posible pensar lo común como principio político, desprivatizando el sufrimiento y recolectivizándolo.

Palabras clave: juventud, salud mental, acciones colectivas.

Résumé

Dans le milieu universitaire traversé par la logique néolibérale, la jeunesse fait l'expérience d'une réalité constituée de relations marquées par la concurrence et la compétitivité, par le productivisme académique, par l'affaiblissement des liens et par l'idéal d'être entrepreneur de soi-même. Dans ce contexte, les recherches et les données relatives à la souffrance psychique des jeunes universitaires ont connu une hausse ces dernières années. Cette étude présente un récit de recherche-intervention, dans une démarche méthodologique cartographique, au cours de laquelle, à travers des rencontres avec des jeunes à l'université, ont été produites des pistes/scènes ayant permis de tisser des réflexions articulant jeunesse, modes de subjectivation et néolibéralisme, afin de penser le commun comme principe politique. Les indices, envisagés comme des scènes, interrogent l'élargissement de la notion de santé mentale, en soulignant l'importance de la vie en commun durant la période de formation, dans la mesure où l'expérience universitaire peut favoriser de nouvelles rencontres, dont les affects dessinent d'autres contours à cette expérience. Il s'agit ainsi d'envisager la santé mentale au-delà de l'éducation à la santé mentale ou des services cliniques et thérapeutiques individuels, à partir des pistes/scènes construites avec les jeunes, afin de miser sur une discussion capable de mobiliser la notion de commun. De cette manière, on souligne l'importance des actions collectives dans l'espace universitaire, qui peuvent infléchir des notions profondément ancrées de responsabilisation et de culpabilisation individuelles face à la réussite ou à l'échec, ainsi qu'à l'égard d'une prétendue santé mentale censée être constamment optimisée. Dans cette perspective, il devient possible de penser le commun comme principe politique, en déprivatisant la souffrance et en la re-collectivisant.

Mots-clés : jeunesse, santé mentale, actions collectives.

Uma das Possíveis Entradas: Neoliberalismo, Juventude e Universidade

A racionalidade neoliberal, conforme discutida por Dardot e Laval (2016), é compreendida como produtora e constitutiva de modos de se relacionar e, portanto, dos modos de ser. Uma racionalidade que produz subjetividades.

Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos do que a forma da nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. (Dardot & Laval, 2017, p. 16).

Foucault (1979/2008) observa que essa racionalidade neoliberal não perpassa apenas os meios econômicos, mas toda a trama social, produzindo subjetividades, bem como modos de ser e estar no mundo. Essa dimensão histórica dos processos de subjetivação é discutida pelo filósofo como uma construção que acontece por meio de mecanismos de concorrência que forjam o modelo de empresa nas unidades da vida social.

Há, portanto, um sujeito da empresa e da produção, forjado nas vias da concorrência, é a multiplicação da forma “empresa” no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade (Foucault, 1979/2008, p. 203).

Os efeitos dessa racionalidade nos processos de subjetivação apontam que a ideia de subjetividade não se trata de uma entidade fixa e imutável, mas engendrada, considerando as diferentes práticas de cada tempo histórico. É uma subjetividade enquanto produção que ocorre por meio dos encontros (Mansano, 2009). A juventude, nessa discussão, não estará sendo pensada a partir de marcadores etários ou de uma perspectiva essencialista, mas como construção social, fenômeno plural e complexo (Félix & Oliveira, 2020). Nesse sentido, também utilizaremos o termo no singular, entendendo que a própria noção de juventude, conforme Coimbra et al. (2005), comporta uma noção de multiplicidade e de heterogeneidade, diferente da noção de adolescência. Segundo as autoras, o termo, por si só, não desfaz naturalizações ou percepções sobre uma faixa etária demarcada, mas aposta no termo como estratégico, operando-o através de fluxos, devires e diferenças.

Assim sendo, quando pensamos nos modos de ser da juventude, compreendemos que ser jovem é ser responsabilizado pelo sucesso, pela ascensão, assim como pelo fracasso ou pelas desistências. Coimbra et al. (2005) afirmam que tal responsabilização torna individuais questões que são de ordem social e, por conseguinte, coletivas.

Nessa perspectiva, Mansano (2003) disserta sobre o valor atribuído à escolha de uma profissão na juventude a partir do início do século XIX. O objetivo de aproximar sujeito e trabalho corrobora a pressão temporal de que essa decisão ocorre de maneira rápida. Essa visão de uma vida linear com etapas lineares exige uma identidade profissional do jovem para que alcance o que seria a vida adulta. Sendo assim, o jovem é encarado como aquele que deve fazer escolhas. Esse período é percebido e vivido como decisivo, com uma aparente liberdade de escolha que promove certos modos de subjetivar-se. Desse modo, é como se, após feita a escolha, tudo fosse resolvido, a caminho de uma suposta estabilidade.

No decorrer da vida profissional e dos caminhos formativos, o sujeito se depara com uma série de tomada de decisões e escolhas, que podem levar para outros caminhos que, até o momento, não tinham sido planejados. Por isso, é preciso abandonar aquilo que está edificado como verdade, no tocante à juventude, bem como à sua vida profissional e formativa; como único período decisório, no qual tais decisões se cristalizam. É preciso considerar a potência que a vida humana tem, como uma criação permanente, como um devir (Mansano, 2003).

De tal modo, a juventude no campo universitário, também atravessada pela lógica neoliberal, constitui-se através de relações de concorrência, de competitividade, as quais sustentam a racionalidade e o capitalismo. Sob essa ótica, Duarte (2020) aponta que os sujeitos são abandonados aos seus próprios recursos, o que valoriza e instiga movimentos individuais.

Portanto, esse imperativo empresarial se expressa no meio acadêmico por meio das pressões internas e externas, das cobranças relacionadas à produtividade, da busca por metas, muitas vezes, irreais, dos prazos estipulados mecanicamente, do cansaço naturalizado entre estudantes, conforme Maia (2022). Ainda, os modos de subjetivação são atravessados por um ideal de desempenho, no qual todos são livres, “todos são empresas racionais e autônomas, lutando entre si para realizar seu próprio projeto empreendedor de vida” (Maia, 2022, p. 88).

Nesse cenário, é fundamental considerar que o campo universitário não é apenas atravessado pela racionalidade neoliberal em suas relações pedagógicas e formativas, mas também impactado pelas exigências institucionais vinculadas às políticas de avaliação e ao fomento à pesquisa. Isso ocorre porque as métricas de produtividade, impostas por agências fomentadoras e pelos sistemas de avaliação da pós-graduação, como aqueles conduzidos pela CAPES, tendem a reforçar uma lógica de desempenho que perpassa tanto docentes quanto discentes. Os indicadores quantitativos, como número de publicações, fator de impacto, tempo de conclusão e captação de recursos, contribuem para a intensificação do trabalho acadêmico, que pode esvaziar o sentido da produção de conhecimento.

Essa lógica, alinhada à racionalidade neoliberal, produz efeitos nos modos de subjetivação, individualizando responsabilidades, invisibilizando condições institucionais e coletivas de trabalho e deslocando o sofrimento psíquico para o plano da insuficiência individual. Assim, o adoecimento, no contexto universitário, não pode ser compreendido de forma dissociada dessas exigências estruturais, que tensionam o sentido da formação, da pesquisa e da convivência acadêmica, incidindo diretamente sobre a saúde mental daqueles que habitam esse espaço (Maia, 2022; Dardot & Laval, 2016; Ehrenberg, 2010).

No âmbito universitário, há um campo minado de condicionantes que esvaziam o sentido e as relações, afetando radicalmente a experiência da formação. Podemos pensar na produção e na reprodução de um *ethos*, conforme Maia (2022) aponta, ou seja, um modo de ser coletivo. Esse modo de ser transforma todos em máquinas do desempenho, assim, a relação com o outro sofre efeitos, “onde tal liberdade se transforma na negação de qualquer interação social que dissemina uma lógica de hostilidade permanente e que considera qualquer alteridade como um obstáculo ou oponente” (Maia, 2022, p. 91).

É nesse cenário que, sendo o outro um obstáculo ao desempenho, há um esvaziamento do comum, uma vez que, sendo senhores e escravos de nós mesmos, há uma quebra no tempo da narrativa; da capacidade de narrar nós mesmos e também de ouvirmos os outros, conforme Maia (2022). Ademais, conforme o autor, a percepção de ser gerente de si mesmo, do que estuda, da forma como se capacita, por exemplo, são ideais de ação de desempenho, os quais, refletindo acerca das relações no ambiente universitário, sugerem a prevalência de caminhos solitários. Os vínculos que não perpassam o acolhimento, a solidariedade e o pertencimento são encarados mais como contratos.

Tendo em vista esse contexto, a visibilidade do cuidado com a saúde mental no espaço da universidade tem aumentado ao longo dos últimos anos, diante de dados e cenários que apontam para um sofrimento psíquico de ordem coletiva. No entanto, Leão et al. (2019a) explicam que tais iniciativas, as quais visam cuidar da saúde mental na universidade, comumente são orientadas mediante estratégias clínico-terapêuticas e/ou de educação em saúde mental. Essas estratégias são construídas através de uma dada racionalidade neoliberal e reforçam os aspectos de individualização, ou seja, questões a serem tratadas e curadas individualmente.

De acordo com o Censo da Educação Superior do ano de 2022, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 72% dos estudantes universitários que ingressaram em 2022 optaram pelo ensino à distância (EAD). Esse crescimento sugere uma necessidade de maior regulação de órgãos fiscalizadores, no sentido de mensurar a qualidade das formações. Nesse cenário, o EAD ultrapassa os ingressantes de cursos presenciais, que vêm diminuindo desde 2014 (Assessoria de Comunicação Social do Inep, 2023).

No Brasil, 77% dos estudantes da graduação estudam em universidades privadas, resultado das iniciativas de expansão iniciadas no final dos anos 1990. No ensino privado, programas de financiamento, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), auxiliam o acesso de alunos com realidades que impossibilitariam o custeio e, no ensino público, as políticas de cotas buscam estimular a diversidade dos estudantes. Nesse sentido, quando há cortes em programas como o FIES, verifica-se uma ameaça ao acesso e à inclusão (Mariuzzo, 2023).

Hooks (2020) identifica elementos que geram sentido na experiência do aprender e traz questões relacionadas à sua experiência como professora universitária. Nesse aspecto, pontua que existe uma cultura educacional muito expressiva, no que diz respeito à crença de que o conhecimento é pronto e de que o universitário irá apenas recebê-lo ou decorá-lo. Assim, perde-se toda a complexidade de um momento formativo, a exemplo da graduação, na qual o sujeito deve ter espaço e possibilidade para discordar, questionar e construir um conhecimento no qual esteja implicado. O espaço da universidade, como um espaço de potência, de invenção e de encontros, também é fortalecido pelas discussões de Félix e Oliveira (2020).

Em complemento, o protagonismo estudantil e a ideia de coletividade tornam-se pontos centrais dessa discussão. Os estudantes são vistos como sujeitos, e não como meros clientes.

Coletividade essa que evoca uma ideia de protagonismo que não compactua com a perspectiva posta pelo sistema neoliberal, que supervaloriza a individualidade como forma de alcançar uma vida melhor e concebe o estudante como mero cliente de serviços oferecidos e comprados no mercado. (Fioreze et al., 2022, p. 704).

Nessa perspectiva, este trabalho objetiva discutir as incursões e os processos vividos a partir de uma pesquisa/intervenção que propôs compreender as travessias da juventude no contexto universitário, em tempos de neoliberalismo. Para tanto, lançou-se mão dos recursos teórico-metodológicos da Cartografia, tal como proposto por Deleuze e Guattari (1995). A partir dos encontros com a juventude na universidade, teceram-se algumas pistas, as quais nos possibilitaram a criação de algumas cenas que, de modo ampliado, foram delineando uma espécie de mapa. Os recursos utilizados para a produção de dados foram: i) o diário de campo da pesquisadora, o qual viabilizou o registro do cotidiano e das vivências e experiências na universidade com as juventudes no decorrer de março a dezembro de 2023; ii) as entrevistas individuais com jovens universitários, que ocorreram entre agosto e dezembro de 2023. Porém, neste estudo, os dados apresentados estão vinculados ao diário de campo que compõe a materialidade discutida e analisada.

Portanto, o(a) leitor(a) encontrará, a partir da tecitura de um mapa de aprendiz-cartógrafo (Passos & Barros, 2009), os caminhos abertos pela/na pesquisa-intervenção. Entretanto, questiona-se: do que se trata esse mapa em aberto? É um olhar atento ao campo; constitui a sensibilidade das forças que atravessam e constituem uma dada realidade. Assim como sugere Fonseca et al. (2020, p. 44), é preciso “mergulhar nas dobras dos acontecimentos”, como um padeiro que distende a massa do pão em camadas que, antes, estavam aparentemente fundidas, sobrepostas. Nesse caso, é a partir do processo de encontro e da produção de pistas/cenas por meio dos encontros com a juventude universitária que se torna possível as discussões acerca dos modos de subjetivação.

Tecituras Cartográficas e Possibilidades para o Pesquisar/o Intervir

De modo oposto a quaisquer pretensões de neutralidade, o caminho cartográfico buscou dar visibilidade às relações que formam dada realidade. A pesquisa se constituiu em linhas rizomáticas, assim, conforme Rosário e Coca (2018), os

resultados se configuraram por meio das linhas que compõem a trajetória investigativa, oferecendo uma espécie de mapa, o qual será narrado por meio de cenas.

Segundo Deleuze e Guattari (1995), o mapa que se constitui por meio da cartografia é produzido pelos olhos do cartógrafo, que, em meio a potenciais conexões, compõe linhas para a proposta investigativa. Fonseca et al. (2020) apresentam a metáfora do artesão, que, num vaso de argila, imprime suas digitais, sua marca. De igual modo, a construção de uma pesquisa e de conhecimento é carregada de corporeidade e de implicação, “ou seja, a pesquisa torna-se um plano de inscrição autoral, depositária de imbricações irrepetíveis entre sujeito e objeto, levando-nos à máxima de que, por meio dela, podemos sempre ver o mundo pela primeira vez” (Fonseca et al. 2020, p. 42).

A cartografia, ao ser reconhecida como algo “político que não apenas acompanha, mas produz no campo social” (Bocco, 2008 p. 52), possibilitou o acompanhamento, de maneira dinâmica e processual, das juventudes na universidade. Tal aposta, durante todo o tempo, permitiu uma análise dos saberes e das realidades que criadas com o caminho do pesquisar, no qual o pesquisador está constantemente implicado (Bocco, 2008).

A pesquisa foi realizada em uma universidade comunitária localizada no sul do Brasil, no período de 2022 a 2023, e se inscreve como uma pesquisa-intervenção orientada pelo método cartográfico. A cartografia, neste estudo, não se propõe à representação de um objeto previamente dado, mas ao acompanhamento de processos, afetos e forças que atravessam os modos de subjetivação das juventudes no contexto universitário. Estudantes de graduação de diferentes cursos da universidade participaram da pesquisa, em distintos momentos de sua trajetória acadêmica, e aderiram aos encontros propostos como espaços de convivência, de escuta e de troca.

No período do estudo, os encontros coletivos ocorreram de forma presencial, em aproximadamente cinco encontros, sem um roteiro fechado, permitindo que as experiências, demandas e tensionamentos emergissem do próprio processo. As produções do campo foram registradas em diário de campo e constituíram pistas, posteriormente tomadas como cenas cartográficas. Essas cenas não correspondem a relatos factuais isolados, mas a composições que condensam falas, gestos, silêncios e situações recorrentes vividas nos encontros, tornando visíveis os atravessamentos do neoliberalismo, do produtivismo acadêmico e das exigências de desempenho na experiência universitária. É a partir dessas cenas que se desenvolvem as análises apresentadas neste artigo, de forma que se busca problematizar a saúde mental das juventudes e afirmar o comum como princípio político.

Neste trabalho, recorremos à ideia de pistas/cenas para a apresentação dos resultados e discussão dos dados. Em seu sentido dicionarizado, pista refere-se à possibilidade ou à existência de algo, e cena relaciona-se ao palco; no sentido figurado, é o lugar onde se realiza algo (Ferreira, 2010). As pistas/cenas foram constituídas a partir de diferentes momentos e encontros que aconteceram ao longo da pesquisa.

É importante mencionar que os encontros se constituíram não apenas nas entrevistas, mas também em conversas informais com os estudantes e lideranças estudantis em diferentes fóruns de discussão na universidade. Além disso, firmaram-se na participação, em ações propostas por iniciativas em andamento e em rodas de conversa que envolviam a temática na universidade, todos sendo registrados no diário de campo da pesquisadora.

Dito isso, as duas pistas/cenas “Eu vim pra estudar, mas também para conviver” (Cena 1) e “O silêncio frente ao que produz saúde mental” (Cena 2) conduziram o olhar da discussão e da análise. Essas materialidades evidenciam o quanto o diário de campo é um produto da pesquisa, mas, sobretudo, um produtor da própria pesquisa, pois opera como dispositivo que mais gera saberes e realidades do que as descreve (Souza, 2005). A partir da escrita do diário, quem pesquisa se coloca o tempo todo no lugar do pesquisador.

Assim, esse tipo de registro incorpora ao texto acadêmico a formação de uma ideia do cotidiano, em que o ato de conversar se configura como um dos modos pelos quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações que estabelecem no cotidiano. Isso ocorre porque as conversas podem ser entendidas como práticas discursivas que transformam a linguagem em ação (Menegon, 2000). Ao se considerar, ainda, a informalidade das situações em que ocorrem, as conversas representam modalidades privilegiadas para o estudo da produção de sentidos, indo ao encontro da proposta da pesquisa cartográfica.

A pesquisa cartográfica é uma tentativa de adentrar no campo-tema como um território existencial, conduzindo e costurando a escrita atravessada pelo campo. Nesse sentido, a produção de um diário de campo é um dispositivo capaz de causar deslocamentos e tensionamentos, que podem agenciar e hesitar o modo de construção dos estudos. Essa tecitura do saber por meio do dispositivo do diário de campo vai na contramão das produções serializadas e torna-se resistência de outros modos de pesquisar e escrever (Nascimento & Lemos, 2020).

O rigor e a precisão são tomados como atitude; como compromisso e interesse ao que é vivo, aos movimentos da vida que são tomados sob a forma de pistas, assim, “as pistas que guiam o cartógrafo são como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa” (Passos & Barros, 2009, p. 13). Nesse contexto, a narração dos caminhos da pesquisa, das pistas e da montagem de um mapa “trata-se de situar nosso modo de pesquisar como pertencente ao plano de uma micropolítica, sem pretensões de tornar-se molar, tipificado e hegemônico” (Fonseca et al., 2020, p. 59).

Nesse sentido, pedimos abrigo às duas cenas tecidas como cenários/palcos. Elas constituíram um espaço-tempo para construirmos as reflexões que entrelaçam juventude, os modos de subjetivação, o neoliberalismo e a proposta de pensarmos o comum como um princípio político, que tem relação com a realização de algo em conjunto, compartilhado (Dardot & Laval, 2017).

Dessa forma, este trabalho objetiva discutir as incursões e processos vividos a partir da pesquisa/intervenção intitulada “Travessias da juventude: saúde mental, neoliberalismo e universidade”, que, de modo central, buscou compreender as travessias da juventude no contexto universitário em tempos de neoliberalismo. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade, sob o nº CAAE 69658223.5.0000.5343, conforme o parecer ético nº 6.105.150, emitido em 06 de junho de 2023. O estudo atendeu as diretrizes éticas propostas pelas resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012 e nº 510/2016 (Resolução nº 466, 2013; Resolução nº 510, 2016).

Pistas/Cenas, Cartografias: Sobre os Modos de Ser e Existir da Juventude na Universidade

As cenas cartográficas apresentadas a seguir foram produzidas durante os encontros realizados com estudantes universitários no contexto da pesquisa-intervenção. Elas não correspondem a episódios isolados ou exemplares, mas a composições construídas a partir de situações recorrentes, falas, gestos, silêncios e afetos que atravessaram os encontros. As cenas foram selecionadas por sua potência analítica, pois condensam tensionamentos vividos pelas juventudes no espaço universitário, especialmente aqueles relacionados ao sofrimento psíquico, às exigências de desempenho e às formas de convivência. Ao serem tomadas como operadores analíticos, as cenas permitem problematizar os modos de subjetivação em jogo e sustentar a análise proposta neste artigo, articulando saúde mental, ações coletivas e o comum como princípio político.

Cena 1: “Eu Vim pra Estudar, mas também para Conviver”

A primeira pista-cena aconteceu no encontro com a juventude universitária, por meio do projeto de extensão¹ vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da universidade, que viabilizou o encontro com os estudantes e que procurava conhecer a comunidade universitária e seus diferentes representantes, por exemplo, professores, técnicos e discentes, bem como o retorno à presencialidade após o período pandêmico, no que tange à saúde mental. Os líderes acadêmicos, isto é, aqueles que compunham os diretórios acadêmicos de cada curso, foram convidados para um espaço de roda de conversa no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da universidade.

Nos encontros com a juventude universitária, escutávamos suas percepções e visões acerca da saúde mental na universidade em um contexto pós-pandêmico. Esse encontro foi proposto para ouvi-los sobre suas vivências e sobre o que também escutavam de seus colegas, dada sua posição como protagonistas estudantis, no que diz respeito à saúde mental. As perguntas foram abertas, em formato de roda de conversa, de modo que capturamos e entendemos a frase “eu vim pra estudar, mas também para conviver”² (*sic*) como uma pista; uma cena importante nas linhas investigativas de nosso mapa. Nas travessias da juventude, o cenário da universidade, além de espaço formativo, de construção do saber e de conhecimento, também foi reconhecido como espaço de convivência, ou seja, de viver “junto com”, “junto de”. Num tom de certo desabafo, uma jovem universitária relatou dificuldades no período pandêmico, mas também na retomada da presencialidade e das diversas responsabilidades, assim como os diferentes pontos da sua travessia na universidade, que envolviam a produtividade e o desempenho. Essas questões ressoaram no pequeno grupo de alunos da graduação e, entre esses estudantes, escutávamos o desejo de pertencimento e a expectativa relacionada à convivência, ao “viver junto”.

Em contraponto à ideia de indivíduo-trajetória (Ehrenberg, 2010), a ideia de convivência aponta para um caminho no qual os encontros e as trocas aparecem como fundamentais. A ideia de indivíduo-trajetória diz respeito a construir a si mesmo, em um ambiente onde há um esfacelamento das políticas de emancipação coletiva. Esse espírito de empresa, de aventura empreendedora, trata-se de um modelo dominante de singularização. A lógica neoliberal opera, dessa forma, como pano de fundo dos modos de subjetivação contemporâneos, fomentando as trajetórias individuais e solitárias e, além disso, constituindo modos privilegiados de ser e de viver, no que concerne a imperativos de produtividade e desempenho. Esses imperativos tornam os sujeitos empresários de si mesmos, bem como tornam as relações esvaziadas.

¹ O projeto de extensão surgiu a partir de uma demanda da Reitoria da universidade em diagnosticar e mapear questões referentes à saúde mental da comunidade acadêmica, devido ao recente retorno à presencialidade e aos efeitos da pandemia da Covid-19. Nesse espaço, a pesquisadora, também bolsista, inseriu-se no projeto de extensão.

² Os trechos em itálico seguidos de (*sic*) foram retirados do diário de campo da pesquisadora, sendo parte do material de análise deste artigo, e a finalidade foi a de manter o sigilo e o anonimato dos sujeitos de pesquisa. Com isso, as falas das juventudes na universidade foram apresentadas ao longo da escrita, de modo a compor a discussão e a análise proposta, sem distinções que interliguem as falas aos sujeitos, como um convite para pensarmos essas produções.

Libâneo e Pulino (2023) problematizam a entrada dos calouros na universidade sob uma perspectiva de acolhimento e também de abertura ao seu olhar, às suas percepções. De acordo com as autoras, é preciso acolher os calouros em suas diversidades, assim, “essa comunidade o/a acolhe em suas singularidades, busca integrá-lo/a à cultura institucional e, ao mesmo tempo, como parte dessa cultura, deixa-se transformar com ele/ela, no encontro com ele/a” (Libâneo & Pulino, 2023, p. 196).

A chegada de cada universitário no espaço acadêmico ativa um estranhamento diante do não-familiar, ao mesmo tempo, abre possibilidades e potencialidades. No entanto, há espaço para escutar quem adentra? Libâneo e Pulino (2023), autoras e psicólogas escolares, relatam duas formas de acolhimento exercidas por elas, nas quais a psicologia passa a trabalhar questões, antes individuais, de forma subjetivo-institucionais. O objetivo são atividades que propiciem relações diferentes com a realidade, ampliação das leituras e percepções de universidade, de forma a promover rupturas das homogeneizações e, consequentemente, dar espaço a outros modos de existência, como “singular e coletiva, expor a incompletude institucional e humana, colocando-nos em permanente movimento de vir a ser” (Libâneo & Pulino, 2023, p. 201).

A escuta da frase-pista “eu vim para estudar, mas também para conviver” (*sic*) compõe nosso mapa, nossa paisagem, pois a cartografia acompanha os movimentos através da ação das forças. Assim, toda a paisagem encontra-se em um estado de desconstrução e construção, por conseguinte, o desmanche de mundos ocorre quando novos afetos pedem passagem (Mansano, 2003). Assim, tal frase-pista nos leva a pensar a “saúde mental” a partir de outros vieses, bem como em outras formas de viver e de dar sentido ao ser/estar universitário(a). Ao se compreender a juventude como construção social, também se considera que ela é produtora e produto das relações existentes.

Assim, Félix e Oliveira (2020) apontam a importância de a construção de sentido nessa experiência de ser/estar universitário(a) se dar no coletivo. O caminho da escolha do curso é solitário, assim como a responsabilização por essa escolha e as incertezas quanto ao futuro e ao mercado de trabalho. A fluidez e a agilidade da mudanças trazem uma frequente sensação de instabilidade, portanto, Félix e Oliveira (2020, p. 92) apostam nos coletivos: “esses coletivos são formas de (des)encontros entre a juventude (que mesmo com todas as queixas sobre as dificuldades de estar na universidade) que vão ‘salvando-os’, cuidando-os e ajudando-os a dar significados para a presença neste lugar”.

A cena que trazemos, desse coletivo afetado pelo desejo de conviver, nos conduz a outra pista, a partir do encontro com uma jovem universitária, que afirma: “existe a ponte, mas parece que ela tá quebrada no meio, sabe?” (*sic*). Essa ponte nos sugere a possibilidade dos encontros, dos afetamentos, do amparo e da produção de sentido do ser/estar universitário(a), que pode ocorrer no coletivo, mas que, nesse momento, é vivida como impossibilidade; como algo a ser reconstruído ou inventado.

Mansano (2003), apontando discussões sobre o processo de vivência das trajetórias profissionais, vai na contramão daquilo que é solitário, mecânico ou linear:

Viver a escolha não se reduz à definição de uma identidade, mas envolve um processo ativo, no qual o indivíduo é convocado a criar, abandonar e experimentar, na medida em que vive o cotidiano do curso universitário e/ou da atividade profissional como uma experiência aberta para as descobertas e invenções (Mansano, 2003, p. 73).

Desse modo, nesse processo, deve-se acolher os encontros e se deixar afetar e ser afetado pelo que emerge dali, dando espaço para as configurações novas que se constituem. A necessidade de convivência no período de formação nos sugere que a experiência universitária pode potencializar e gerar novos encontros, e estes, por sua vez, produzem novos afetos e podem dar novos contornos a essa experiência.

Cena 2: O Silêncio Frente ao que Produz Saúde Mental

Em outro momento de encontro com a juventude universitária, houve um convite para uma roda de conversa proposta pela semana acadêmica dos cursos da saúde. A temática proposta girou em torno da ideia de “saúde mental” e de esta se interrelacionar com a sensação/desejo de dar conta das demandas. No primeiro momento da conversa, ouvimos os estudantes que apresentavam uma série de queixas e questões referentes à sensação de fracasso diante de tantas demandas, à sensação de esgotamento e à fadiga. Corbanezi (2023, p. 2) aponta que “em geral, na vida cotidiana, o emprego do termo saúde mental ocorre, paradoxalmente, para referir-se à ausência dela”.

Então, de que saúde mental falavam? Nesse cenário, a saúde mental perpassou uma perspectiva individualizante e culpabilizante, com narrativas sobre o sofrimento, que individualizavam o fracasso e estimulavam o sentimento de culpa. Conforme Silva et al. (2021), são narrativas que isolam a dimensão política e excluem as formas de organizar a vida, as quais compõem e constituem também a forma como adoecemos ou sofremos.

Na aproximação com a juventude, em um determinado momento, tentou-se optar por uma lógica de inversão e por um tensionamento, a partir dos seguintes questionamentos: “o que produz saúde mental?”; “como produzir saúde mental no espaço universitário?”. Tais questões silenciaram o grupo, configurando uma pista-cena de um coletivo silenciado. O silenciamento geral do grupo, que, antes, atônito, apontava para um sofrer com as demandas e com a falta de saúde mental, sugere-nos um não saber.

A pista-cena do silenciamento contrasta com a possibilidade de expressar as queixas e de apontar formas pelas quais acreditam que poderiam ser auxiliados, seja no cuidado com a saúde mental, seja, segundo suas percepções, diante de sua falta. A sugestão pautada por várias vozes refere-se à disponibilização de mais atendimentos psicológicos e também psiquiátricos. Leão et al. (2019a) apontam que o sofrimento psíquico é um fenômeno multifacetado e, portanto, quando pensamos nas estratégias, devem ser articuladas de forma complexa.

Leão et al. (2019b) destacam que o sofrimento psíquico no ambiente universitário deve ser pensado a partir de dimensões socio-estruturais, coletivas, institucionais e individuais. A questão é que, comumente, a dimensão individual é a única considerada e, ao assumi-la como única, a visão e a percepção tornam-se muito estreitas, equivocadas e reducionistas. Tais dimensões são indissociáveis e se influenciam mutuamente. Nesse sentido, é preciso considerar o ambiente acadêmico, as práticas institucionais, as violências simbólicas, as dificuldades econômicas e os desafios da vida universitária.

O que construímos através dessas pistas? Trata-se da discussão de que a “saúde mental”, mencionada como “em falta”, é vista como objeto, como produto, vinculando-se à percepção de si mesmos como improdutivos ou em fracasso, frente às expectativas. Silva et al. (2021) refletem que a governamentalidade neoliberal é uma intervenção social profunda, que gera muitos efeitos nos modos de subjetivação. A saúde mental, além de ter uma função terapêutica, também demonstra um aprimoramento de si. A produção de subjetividades pode ser compreendida como uma empresa a ser gerida, pois, a generalização da forma-empresa no interior do corpo social abriu as portas para os indivíduos se autocompreenderem como ‘empresários de si mesmos’ [...] compreendem seus afetos como objetos de um trabalho de si tendo em vista a produção de ‘inteligência emocional’ e otimização de suas competências afetivas. (Silva et al., 2021, pp. 30-31).

Conforme Corbanezi (2023), tal modelo social, dividido entre “vencedores” e “perdedores”, atribui ao próprio sujeito a responsabilização pelo seu sucesso e, conseqüentemente, pelo seu fracasso. Isso também diz respeito à ideia de saúde mental, na qual essa gestão é de responsabilidade individual e trata-se de uma forma de controle social. A saúde mental é associada com a ideia de se manter produtivo, de forma que as condições produtivas sejam otimizadas ao máximo. Nesse cenário, esse conceito mostra-se, em boa parte, “capturado e subvertido pelo imaginário social e culturalmente dominante do neoliberalismo” (Corbanezi, 2023, p. 7). Assim, não haverá um sofrimento vivido fora da sociedade, como apontam Leão et al. (2019b), e, muitas vezes, as discussões giram em torno de problematizações tão reducionistas que há uma suposta pretensão de excluir o nosso modo de viver, de ser, em relação ao sofrimento psíquico. Podemos compreender, portanto, que não haverá como pensarmos em saúde mental de forma separada dos ambientes, das relações, das práticas existentes nesses espaços.

Essas discussões apontam para modos de subjetivação, de ser e de estar no mundo, perpassados e constituídos pela racionalidade neoliberal, que, para além da teoria econômica ou da ideologia imposta, é uma razão-mundo; uma racionalidade. Sendo assim, o espaço dos *coaches*, das técnicas de meditação, da programação neurolinguística, da própria psicologia e de palestras motivacionais tem o intuito de trazer sobre si mesmo um domínio, uma alta performance e uma busca pela realização e pela concretização de objetivos (Dardot & Laval, 2016). Nessa mesma direção, Leão et al. (2019a) ressaltam que a noção de que somos capazes de administrar tudo se mostra inadequada.

É a falsa ideia de que com a técnica adequada somos capazes de administrar tudo, até mesmo nossos sentimentos e afetos, da mesma forma que um empresário administra sua empresa. Assim, pressupõem que, pela aquisição de conhecimentos técnicos, é possível a (auto)promoção de saúde mental (Leão et al., 2019a, p. 134).

Nessa perspectiva, Han (2022) explica que, devido à privatização do sofrimento, não há espaço para a socialidade do sofrer, visto que o sofrimento é privatizado e individualizado. Todos se envergonham, culpam apenas a si mesmos por sua fraqueza e insuficiência. Assim: “Não se produz nenhuma ligação entre o meu sofrimento e o seu sofrimento. Ignora-se assim, a socialidade do sofrimento” (Han, 2022, p. 131).

Piva (2022) expõe que a experiência afetiva corporificada de exaustão, sobrecarga, vergonha, culpa, sentimentos de deslocamento, ansiedade, compõe a vivência universitária, mas são afetos excluídos e silenciados dos espaços públicos da academia. O espaço para sua socialização, quase inexistente, ocorre em conversas de corredor, em intervalos, em momentos breves. Assim, são percebidos, comumente, de forma individual. Nesse sentido, uma das apostas é tratar do que acontece na vida da academia, dos seus aspectos psicossociais e afetivos, abrindo espaço e caminho de vivências/experiências que possam ser posicionadas por meio de classe, gênero, sexualidade, raça e outros (Piva, 2022).

Silva (2018, p. 44) assevera o “papel cívico no mundo capitalista”, o papel de ser consumidor. O sentir está associado, desse modo, a disfunções, e não mais ao sensível das adversidades de uma existência. Quem sofre, não participa de seu sofrimento e passa a ser vítima de algo que, organicamente, não está bem. Ao se identificar que há “um distúrbio”, há também a droga, capaz de oferecer uma solução concreta. Essa incorporação de um ideal de empresa no corpo social percebe os afetos como objetos a serem melhorados, procurando otimizar as competências afetivas.

Nesse cenário, estratégias que visem melhorar a saúde mental, muitas vezes, estão construídas/perpassadas nessa captura do termo saúde mental, como Corbanezi (2023) explica. Por isso que as estratégias clínico-terapêuticas, como sugerem Leão et al. (2019a), estão pautadas em um enfoque individualizante, na experiência de sofrimento dos universitários. Apesar

disso, ressalta-se que a experiência do sofrimento psíquico é real e, por isso, pede por um espaço, por acolhimento, contudo, “as formas de lidar com o sofrimento podem também passar pela resignificação destas contradições e reengajamento dos indivíduos em torno de respostas políticas e coletivas” (Leão et al., 2019a, pp. 136-137).

As experiências de um projeto de extensão, narradas por Medeiros et al. (2022), coadunam com a importância dos dispositivos grupais, pois estes possibilitam a coletivização das angústias e experiências, permitindo a emergência de temas que dizem respeito à vida dos universitários, àquilo que os afeta e os impacta. Elitismo, produtivismo e competitividade, homofobia, relações na universidade, impasses na adaptação são alguns dos temas compartilhados e geridos nos encontros e através deles. Assim, a experiência coletiva emerge e produz a experiência do comum, que, por conseguinte, possibilita o sentimento de pertença (Medeiros et al., 2022).

Esses sentimentos de pertença e de uma sensação de segurança são explorados por Leão et al. (2019b), quando entendem que as transformações sociais profundas advindas da modernidade dissolveram redes de referenciais simbólicos. Essa percepção de que não há uma ordenação simbólica causa a sensação de que cada sujeito está sob a sua própria responsabilidade. Dessa forma, a confiança nos sistemas públicos, políticos, educacionais são permeadas por incertezas e inseguranças, sentimentos vivenciados coletivamente.

Essas visões causam sensações de sobrecargas e de uma grande incerteza relacionada ao futuro. Ressalta-se que são incertezas não relacionadas com uma abertura ao novo, às possibilidades, mas se referem à possibilidade de condições subjetivas e materiais de existência. Inclusive, o espaço universitário já não significa mais uma garantia de espaço no mercado de trabalho, em posições que ofereçam segurança e dignidade (Leão et al., 2019b).

Félix e Oliveira (2020) são precisas ao apontar os coletivos como espaços potentes, assim como Medeiros et al. (2022), quando destacam a experiência com o projeto de extensão, dessa forma, sugerem e apostam nos dispositivos grupais. No entanto, para Leão et al. (2019a), esse trabalho de incentivo aos coletivos deve ser sustentado, apoiado e incentivado pela universidade, por isso, espaços que fomentem o protagonismo e o movimento estudantil são imprescindíveis. A racionalidade neoliberal também constitui um modo de ser estudante, marcado por impotência ou indiferença política, na medida em que a educação e o mercado de trabalho se sustentam e se organizam sob essa lógica, fomentando as trajetórias individuais (Ehrenberg, 2010) e o cultivo de uma racionalidade de si como empresário (Foucault, 1979/2008), na qual estudantes universitários são tratados como meros clientes (Fioreze et al., 2022). Dessa forma, como esperar que dinâmicas e movimentos sejam orientados para o coletivo? É por isso que há movimentos de resistência e a universidade pode, e precisa, ser esse espaço em que a multiplicidade, a diversidade e a alteridade estejam presentes.

O Princípio Político do Comum como Possibilidade de Afirmar as Potências da Vida

Conforme destacamos, a universidade precisa ser um “espaço potente para movimentar as vidas, construir sonhos, acolher e planejar projetos de vida de nossos(as) jovens estudantes” (Félix & Oliveira, 2020, p. 86). Mansano (2003) também enfatiza o papel das universidades no tocante à responsabilidade na formação de novos profissionais, tendo, portanto, uma tarefa ética e política no processo formativo.

Destarte, pensar o comum, articulando a importância do espaço universitário e a discussão do *homeschooling*, que, por meio de projetos de lei, vem pleiteando a conquista de espaço, implica defender a relevância das construções sociais coletivas, daquilo que é comum. Lockmann (2020) explora tal movimento ao compreender que há uma torção na noção de direito à escolha, no que se refere à possibilidade da educação domiciliar, na medida em que esta passa a configurar um direito à exclusão.

O movimento de impedimento de convívio torna-se, assim, estratégico, visto que a convivência com a diversidade é concebida como algo a ser gerenciado e, até mesmo, evitado. Nessa diversidade da vida, inclui-se diversidade de modos de vida, de família, de religiões, de crenças, de valores (Lockmann, 2020). Nesse sentido, é no encontro com a pluralidade, com a diversidade, com a alteridade que nos tornemos sujeitos. Portanto, trata-se da defesa de que a escola não pode ser reproduzida ou substituída.

Dardot e Laval (2017) asseveram que, para aqueles que não se satisfazem com a pretensa liberdade neoliberal, abrem-se outros caminhos. Em 1990, surge o tempo do comum, tanto em lutas concretas e locais quanto em mobilizações políticas de grande extensão. Pensar o comum significa, segundo os autores, “produzir visões novas para além do capitalismo [...] o surgimento de uma forma nova de contestar o capitalismo, ou mesmo de considerar sua superação” (Dardot & Laval, 2017, p. 17). A dimensão do desafio reside justamente nas bases neoliberais que insistem na individualização e na responsabilização pela superação de metas, no imperativo de vencer a si mesmo, descoletivizando toda e qualquer ação.

Lockmann (2020) acredita que o comum não implicará a abolição da governamentalidade neoliberal, mas sugere sustentá-lo como princípio político, de forma a problematizar que os espaços educativos possam ser potencializadores e mobilizadores de outras formas de existência. Trata-se de uma “re-existência” que compreende o comum como princípio político e como modo de vida, possibilitando viver em conjunto, junto ao outro, no compartilhamento de modos de vida heterogêneos em seus formatos, suas intensidades, suas relações.

Assim, de acordo com Mansano (2003), deve-se apostar na vontade de construir um mundo diferente, com outras possibilidades. Ao defendermos e acreditarmos em uma construção das subjetividades de forma social e histórica,

compreendemos que essa produção de subjetividade não se limita ao que está instituído, mas também comporta aquilo que pode vir a recusar o que está instituído, a possibilitar a emergência de novas formas.

Dardot e Laval (2017) expõem que o neoliberalismo favorece a acumulação por subordinação ampliada de todos os elementos da vida, como a própria subjetividade, assim como o consumo, o uso dos espaços e do tempo, o lazer, a educação, a saúde e o transporte. Nesse contexto, as lutas em torno do comum têm se expandido e levado à organização de pontos centrais de encontro para aqueles que são afetados por essa dominação geral. Assim, o “comum” refere-se à compreensão de regimes de instituições, práticas, lutas e até de pesquisas que podem abrir espaço para pensarmos em um futuro não capitalista (Dardot & Laval, 2017).

Portanto, a proposta de Medeiros et al. (2022) consiste em possibilitar o comum por meio dos dispositivos grupais. Brito (2022, p. 77) reforça que “o comum elimina o aspecto da concorrência, da objetividade”, visto que tais modos de subjetivação tendem a considerar o laço social como praticamente extinto, pois situam o outro como inimigo a ser destruído, característica do sujeito empresário de si. Nesse cenário, há um imaginário coletivo no qual o outro é destituído de sentido e de significado, por conseguinte, as relações são destituídas de valor (Brito, 2022). Torna-se, assim, necessário incidir sobre o ponto central das relações, reestabelecendo a ponte, o diálogo e o encontro.

Dardot e Laval (2017) sugerem que esse princípio político pode permitir a emergência e a construção de comuns, por isso, é preciso dar-lhes vida, ampliá-los e preservá-los. Ao compreenderem o comum como princípio político, deve-se explicitar o que se entende por política. Nesse sentido, Dardot e Laval (2017, p. 616) a definem como “a atividade de deliberação pela qual os homens se esforçam para determinar juntos o que é justo, bem como a decisão e a ação decorrentes dessa atividade coletiva. [...] de expor em comum palavras e pensamentos”. Han (2022, p. 130) destaca que o “espaço político é um espaço em que eu me confronto com outros, falo com outros e os escuto”. Assim, a escuta tem uma dimensão política, pois há uma participação ativa na vida, no existir de outro sujeito e no seu sofrimento.

Dardot e Laval (2017) consideram algumas dimensões do comum como princípio, como fundamento do resto, isto é, a premissa de qualquer raciocínio; como *munus*, ou seja, referente à obrigação política decorrente de um agir comum; e como algo inapropriável, que não é um objeto e nem admite apropriação.

Nessa perspectiva, a importância do diálogo, em sua dimensão ética, sugere caminhos e possibilidades, pois estar com o outro, na cooperação de um agir comum, possibilita que cultivemos uma ideia de comunidade, a qual se constitui por meio do diálogo (Brito, 2022). Devemos, portanto, transformar-nos em uma sociedade de escutadores e escutantes, conforme o raciocínio de Han (2022, pp. 134-135), pois “a política temporal neoliberal desfaz o tempo do outro, que seria para ela um tempo improdutivo”.

No cenário das universidades, da produção de sentido e dos comuns, a discussão de Mansano (2003) sugere que, se há algo capaz de estabelecer uma ligação entre sujeito e trabalho, não se trata do amadurecimento de uma identidade profissional nem das expectativas socialmente construídas em torno disso, mas, sim, das relações afetivas que se constroem ao longo do contato com a profissão, desde o período formativo. Esse período deve ser vivenciado com relações éticas, em espaços de cuidado, visto que é isso que gera uma intimidade com o desejo e com a produção, singular a esse território profissional/formativo e promotora de sentido nesse ser/estar universitário.

Além da saúde mental, sob o ponto de vista da educação em saúde mental ou dos serviços individuais clínico-terapêuticos, é preciso considerar as pistas construídas com a juventude, apostando em uma discussão capaz de apresentar o conceito do “comum”. Segundo Han (2022), a privatização do sofrimento trata-se de uma estratégia de dominação, que impede a socialização e a politização, na qual “desaparece radicalmente a constituição de uma vontade política, de um espaço público, de uma comunidade do escutar, de uma comunidade política de escutadores” (Han, 2022, p. 131, grifo do autor).

Apesar desse cenário, isso não significa que não possamos construir formas de recoletivizar os desafios/dificuldades do meio universitário e ressignificar aquilo que entendemos como sofrimento para um formato que não culpabilizaremos o indivíduo de modo exclusivo. Leão et al. (2019a) lecionam que se pode contar com espaços que fomentem os encontros, a discussão e o diálogo, podendo desconstruir um imaginário social que tende a nos empurrar a uma culpabilização sobre nós mesmos. Essa articulação coletiva mostra-se fundamental e, nesse sentido, a universidade, embora não substitua a organização própria dos estudantes, deve auxiliar na organização dos estudantes, possibilitar encontros e garantir condições e espaços através de meios institucionais reconhecidos pelos estudantes, pois “em oposição ao tempo do si, que nos isola e separa, o tempo do outro promove uma comunidade. Ele é, por isso, um bom tempo” (Han, 2022, p. 135).

As pistas, tomadas como cenas, discutiram ampliações da noção de saúde mental, sustentando a importância da convivência no período de formação, visto que a experiência universitária pode potencializar e gerar novos encontros. Esses novos encontros produzem novos afetos e, portanto, possibilitam outros contornos a essa experiência. Dessa forma, a saúde mental pode ser pensada para além da educação em saúde mental ou dos serviços individuais clínico-terapêuticos, por meio das pistas construídas com a juventude, apostando em uma discussão capaz de abordar o tema do comum. Assim, sustenta-se a importância dos coletivos no espaço universitário, os quais podem causar torções em noções arraigadas de responsabilização e de culpabilização individual, relacionadas ao sucesso ou ao fracasso, bem como a uma suposta saúde mental a ser otimizada, num aprimoramento de si mesmo. Nessa aposta dos coletivos, da vivência e da convivência universitária, é possível pensar no comum como princípio político, desprivatizando o sofrimento, recoletivizando-o e viabilizando a saúde mental não somente a partir da sua falta.

Referências

- Assessoria de Comunicação Social do Inep. (2023, 17 de outubro). *EaD registra 3 milhões de ingressantes em 2022*. Inep. <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ead-registra-3-milhoes-de-ingressantes-em-2022>
- Bocco, F. (2008). *Cartografias da infração juvenil*. Associação Brasileira de Psicologia Social.
- Brito, S. L. de. (2022). Ética do diálogo e o princípio político do comum. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará]. Repositório Institucional da UFPA. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15399>
- Coimbra, C., Bocco, F., & Nascimento, M. L. do. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2–11. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672005000100002&lng=pt&tlng=pt
- Corbanezi, E. (2023). Saúde mental, pandemia, precariedades: subjetivações neoliberais. *Sociedade e Estado*, 38(2), 1–22. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202338020004>
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo*. Boitempo editorial.
- Dardot, P., & Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Boitempo editorial.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (Vol. 1). Editora 34.
- Duarte, A. J. (2020). Juventudes e universidade: os desafios da formação de jovens no tempo presente. *Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião*, 18(1), 220–233. <https://doi.org/10.18224/cam.v18i1.7753>
- Ehrenberg, A. (2010). *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Ideias e Letras.
- Félix, J., & Oliveira, M. L. de. (2020). A educação não-escolar como potencializadora de processos (trans) formativos de jovens universitários/as. *Interfaces Científicas - Educação*, 9(3), 83–95. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v9n3p83-95>
- Ferreira, A. B. H. (2010). *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (5th ed.). Positivo – Livros.
- Fioreze, C., Ribeiro, S., Miranda, V. S. D., & Soares, A. M. B. (2022). Um documento para chamar de nosso: refletindo o protagonismo estudantil a partir da experiência de uma universidade comunitária. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 27(3), 695–713. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000300016>
- Fonseca, T. M. G., Albuquerque, A. S., Franceschini, E., & Papini, P. A. (2020). A pesquisa como instauração de modos de existência. In N. M. de F. Guareschi, C. dos Reis, & O. H. Oriana (Orgs.), *Produção do conhecimento: profanações do método na pesquisa* (pp. 41–67). ABRAPSO Editora. <https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Producao-de-conhecimentos.pdf>
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1979).
- Han, B. C. (2022). *A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje*. Editora Vozes.
- Hooks, B. (2020). *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática* (Bhuvi Libanio, Trad.). Elefante.
- Leão, T. M., Ianni, A. M. Z., & Gotto, C. S. (2019a). Individualização e sofrimento psíquico na universidade: entre a clínica e a empresa de si. *Humanidades & Inovação*, 6(9), 131–143. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1250>
- Leão, T. M., Ianni, A. M. Z., & Goto, C. S. (2019b). Sofrimento psíquico e a universidade em tempos de crise estrutural. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 17(44), 50–64. <https://doi.org/10.12957/rep.2019.45212>

- Libâneo, L. C., & Pulino, L. H. C. Z. (2023). O que os/as calouros/as ensinam para a Universidade?: Uma reflexão. *Revista Polis e Psique*, 13(1), 189–205. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.116864>
- Lockmann, K. (2020). Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. *Práxis educativa*, 15, 1–18. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15408.061>
- Maia, H. (2022). *Neoliberalismo e sofrimento psíquico: o mal-estar nas universidades*. Ed. Ruptura.
- Mansano, S. R. V. (2003). *Vida e profissão: cartografando trajetórias*. Summus.
- Mansano, S. R. V. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 110–117. <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/78>
- Mariuzzo, P. (2023). Novas cores e contornos na Universidade - o perfil do estudante universitário brasileiro: país avança na inclusão de estudantes no ensino superior, mas políticas públicas precisam de aperfeiçoamentos, especialmente as de permanência. *Ciência e Cultura*, 75(1), 01–06. <https://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20230012>
- Medeiros, L. B. de, Silva, M. L. M. da., Romanini, M., Bohn, C., Oliveira, G. S., Fogaça, P. F. N., & Abreu, J. R. (2022). Movimento Educação e Saúde Mental. In Anais da 40ª Edição do *Seminário de Extensão Universitária da Região Sul*. Universidade Federal da Fronteira Sul. <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/seurs/article/view/17811/12097>
- Menegon, V. M. (2000). Por que jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. In M. J. Spink (Org). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano* (2th ed., pp. 215–241). Cortez.
- Nascimento, M. L. D., & Lemos, F. C. S. (2020). A pesquisa-intervenção em psicologia: os usos do diário de campo. *Barbarói*, (57), 239–253. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.14675>
- Passos, E., & Barros, R. B. D. (2009). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In E. Passos, V. Kastrup, L. da Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 17–31). Sulina.
- Piva, F. P. P. (2022). A racionalidade neoliberal como gestora e geradora do sofrimento psíquico universitário: uma análise interseccional do sofrimento psíquico na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP). In *Anais da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Universidade Federal do Paraná.
- Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. (2013). Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>
- Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. (2016). Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>
- Rosário, N. M. D., & Coca, A. P. (2018). A cartografia como um mapa movente para a pesquisa em comunicação. *Comunicação & Inovação*, 19(41), 34–48. <https://doi.org/10.13037/ci.vol19n41.5481>
- Silva, J. (2018). O mal-estar no sofrimento e a necessidade de sua revisão pela psicanálise. In V. Safatle, N. Silva Junior, & C. Dunker (Orgs.), *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico* (pp. 35–58). Autêntica.
- Silva, N., Jr., Neves, A., Ismerim, A., Costa, F., Santos, L., Senhorini, M., Beer, P., Bazzo, R., Ambra, P., Coelho, S., & Carnizelo, V. (2021). A Psiquiatria sob o Neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In V. Safatle, N. Silva Junior, & C. Dunker (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (pp. 117–167). Autêntica.
- Souza, S. S. D. (2005). Memória, cotidianidade e implicações: construindo o Diário de Itinerância na pesquisa. *Entrelugares: Revista Sociopoética e Abordagens Afins*.

Como citar:

Lemos, I. C., & Lasta, L. L. Cartografando a Juventude na Universidade: A Saúde Mental, as Ações Coletivas e o Comum. *Revista Subjetividades*, 25(3), e14958. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v25i3.e14958>

Endereço para correspondência:

Isabela Crisina Lemos

E-mail: isabelaclemos@gmail.com

Letícia Lorenzoni Lasta

E-mail: lelilasta@gmail.com



Recebido em: 02/02/2024.

Aceito em: 23/10/2025.